

TEORIA DECOLONIAL: HORIZONTES EPISTEMOLÓGICOS A PARTIR DA PERIFERIA GLOBAL PÓS-OCIDENTAL

SILVA, Paulo Robério Ferreira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS)

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Bolsista CAPES

terradecontato@gmail.com

Resumo:

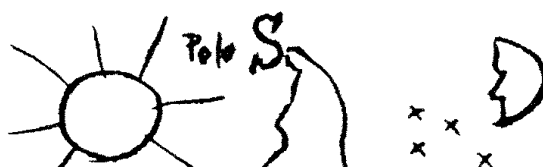
Ao trazer à baila sujeitos, conhecimentos e práticas que foram vilipendiados e oprimidos pela subalternidade, pela colonialidade e pela modernidade, a *teoria decolonial* propõe a criação de uma epistemologia pluriversal. Sua efetivação, no entanto, está condicionada à desconstrução da hegemonia da epistemologia colonial/moderna. O “giro decolonial” é o *locus* desse esforço feito pela periferia global pós-ocidental para superar definitivamente as ideologias da (pós)colonização. Um dos primeiros investimentos a ser feito é localizar a teoria decolonial no bojo do saber científico.

Palavras-chave: Teoria decolonial. Decolonialidade. Giro decolonial. Epistemologia pluriversal.

Introdução

A teoria decolonial traz à baila a necessidade premente e urgente de se produzir epistemologias pluriversais. Estas assentam-se em sujeitos, conhecimentos e práticas que foram invisibilizados, subalternizados e negados pela violência da colonização e da pós-colonização. Parte do reconhecimento de que o mundo colonizado e a periferia global pós-ocidental foram e continuam sendo submetidos a hegemonia do sistema mundo moderno-capitalista (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992; WALLERSTEIN, 1990) subsidiado pelas ideologias da subalternidade, da colonialidade e da modernidade. Esta tríade alimenta e simultaneamente é alimentada pela epistemologia colonial/moderna. A subalternidade entendida como a ideologia que possibilita a operacionalização da colonialidade e da modernidade (SILVA, 2020); a colonialidade, por sua vez, como o sistema de poder que, a partir das ideias de raça e trabalho, perpassa todas as dimensões da existência, legitimando a “superioridade” do branco europeu em relação aos demais grupos sociais humanos (QUIJANO, 2010); e a modernidade imposta como o modelo superior de sociedade, caracterizando aquilo que seria o estágio mais “evoluído” das sociedades humanas (MIGNOLO, PINTO, 2015). Se modernidade e colonialidade seriam as duas faces da mesma moeda (MIGNOLO, 2005), a subalternidade seria, então, a substância que as unem.

A teoria decolonial emerge no bojo das lutas de descolonização na América Latina. Tal processo teve início com o “horror ao mundo da morte” promovido pela colonização e sentido pelos povos nativos que habitavam este continente (MALDONADO-TORRES, 2008).



Desdobra-se a partir daí em um permanente estado de repulsa à violência da colonização e da pós-colonização, bem como pela necessidade de construir alternativas à hegemonia da modernidade/colonialidade.

O reconhecimento da “diferença colonial”, ou seja, de que a modernidade e a colonialidade não significam necessariamente condições ontológicas que separam a metrópole do mundo colonial e pós-colonizado, mas que provocam rígidas hierarquias entre um lado e outro (MIGNOLO, 2020), contribuiu para o surgimento, no final do século passado, do coletivo Modernidade/Colonialidade, que tinha como principal proposta realizar o “giro decolonial”. Este significa a produção de teorias e metodologias que deem visibilidades aos sujeitos, conhecimentos e práticas que foram subalternizados pela modernidade/colonialidade, como também contribuam para superar esta hegemonia até então em vigor.

A necessidade de uma epistemologia decolonial, desse modo, justifica-se, entre outras coisas, pela própria condição histórica que separa a metrópole da periferia global pós-colonial. A epistemologia moderna/colonial, em linhas gerais, não reconhece os conhecimentos oriundos do mundo que foi colonizado. Como mostra Connell (2012), este tem servido basicamente para a coleta de dados e para “aplicação” de conhecimentos produzidos pelos centros hegemônicos do poder científico. É a partir das experiências comuns da maioria das pessoas deste planeta, aquelas que ocupam a periferia global pós-moderna, que pode emergir, por meio de trabalhos de pesquisadores, as teorias ontoformativas, no escopo das quais encontra-se a teoria decolonial.

Descolonização e decolonialidade

A de(s)colonialidade é um fenômeno que se manifesta substancialmente em duas direções, como indicam Mignolo e Pinto (2015): uma delas refere-se ao movimento de transformação das ex-colônias europeias em Estados-nações soberanos (descolonização); a outra, no esforço de desvinculação, direta e/ou indireta, da dominação política, econômica, subjetiva, epistêmica, entre outras, ocidentocêntrica. Os sentidos atribuídos à decolonialidade, no entanto, só seriam possíveis ao se esboçarem na tensão com a colonialidade/modernidade.

Para Mignolo (2008, p. 247), “a conceitualização mesma da colonialidade como constitutiva da modernidade é já o pensamento de-colonial em marcha”. Se a colonialidade e a modernidade são, por tal entendimento, as duas faces da mesma moeda utilizada no vigoroso jogo de dominação colonial que arrasta-se pela América (e outras áreas do planeta) por mais de cinco séculos, embora a colonialidade tenha sido “esquecida”, ou talvez fosse mais apropriado dizer: escondida, pelo pensamento hegemônico ocidentocêntrico, a decolonialidade significa não apenas a resistência a este domínio colonizador, como também a possibilidade concreta de superação dessas forças, invisíveis e visíveis, que perpassam hegemonicamente as diferentes dimensões das sociedades latino-americanas.

Como percebeu Mignolo (2008a, p. 10), “[...] se, por um lado, a colonialidade é a face invisível da modernidade, é também por outro lado, a energia gerada pela descolonialidade”.

Conforme Mignolo (2020), a manifestação embrionária do “pensamento decolonial” ocorreu ainda na segunda década do século XVII. Em um manuscrito de mil e duzentas páginas, intitulado *Nueva Coronica y Buen Gobierno*, escrito em Cuzco, em 1613, de autoria



do peruano andino Felipe Guaman Poma de Ayala (1534-1615), produzido em uma mistura de quíchua e espanhol, o autor chama à responsabilidade o rei Felipe III, da Espanha, e propõe a realização, em conjunto com as elites andinas, de uma nova forma de governo. Como mostra Pratt (1999), no documento, Guaman Poma de Ayala defende uma nova visão de mundo. Para isso, primeiramente reescreveu a história da cristandade, com o objetivo de incluir nela os povos naturais da América. Em seguida, mostrou em detalhes a história e os modos de vida dos povos andinos, destacando os seus líderes. Também tratou da exploração espanhola, denunciando a violência e os desmandos dos europeus. Por fim, em uma entrevista imaginária, ele então indica como seria um governo em colaboração entre andinos e europeus.

Este pensamento liminar, portanto, é condição *sine qua non* para a realização do giro decolonial. “Só pode existir na perspectiva da subalternidade”, como assevera Mignolo (2020, p. 76). É este pensamento de fronteira que permeia a decolonialidade. Tal entendimento ficou evidente em 2004, quando da realização de uma conferência organizada por Walter Mignolo e Arturo Escobar, nas Universidades da Caroline do Norte e Duke, para discutir teoria crítica e descolonização. A partir daí, de(s)colonialidade passa a ser incorporada efetivamente, na perspectiva do giro decolonial, à colonialidade e à modernidade.

O giro decolonial

A teoria decolonial (e não descolonial) emerge do giro decolonial. Essa afirmativa, mesmo passível de questionamentos, pode ser esclarecida ao se apreenderem alguns motivos que levaram a criação do coletivo Modernidade/Colonialidade, em 1998, bem como certos aspectos dos estudos pós-coloniais na América e a consolidação do próprio M/C nos anos seguintes.

No primeiro encontro do M/C, realizado na Universidad Central de Venezuela, com o apoio do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), reuniram-se importantes intelectuais dedicados ao estudo da América Latina: Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Fernando Coronil, Edgardo Lander e Arturo Escobar. Em pauta, entre outras questões, discutiram-se os limites das teorias pós-coloniais (estudos subalternos) para lidar com as demandas contemporâneas e históricas dos povos que foram colonizados na América Latina e no Caribe.

Para mais bem entender esses limites, é preciso retornar à criação, em 1992, do *Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos* (GLAES). O surgimento desse grupo foi inspirado no Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos. No “Manifesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos” tanto foram evidenciados os aspectos que foram referenciados no grupo asiático, como apresentou-se um panorama da realidade latino-americana daquele momento, bem como as possíveis estratégias a serem utilizadas pelo grupo.

A ideia central era dar voz e visibilidade ao subalterno, espoliado nestes cerca de cinco séculos de colonização e exploração. “Não se trata, portanto, de desenvolver novos métodos para estudar o subalterno, novas e mais eficazes formas de obter informações, mas para construir novas relações entre nós e aqueles seres humanos que tomamos como objeto de estudo” (CASTRO-GÓMEZ e MENDIETA, 1998, p. 81).



O *giro decolonial*, desse modo, não pode ser confundido com outros movimentos de descolonização ético-política e/ou teórico-epistêmica, embora mantenha com eles estreitas relações. A distinção de outros momentos do giro, que poderiam ser chamados de “de(s)coloniais”, pode ser creditada aos rumos epistemológicos que o giro decolonial tomou.

A supressão do “s” do termo descolonial e seus derivados evidencia as razões de existência do coletivo Modernidade/Colonialidade, a partir da crítica feita por Walter Dignolo ao GLAES. Walsh (2009) esclarece que a supressão do “s” não caracteriza um anglicismo, mas um posicionamento específico no bojo da descolonização. “Não pretendemos simplesmente desarmar, desfazer ou reverter o colonial; ou seja, passar de um momento colonial a um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e traços deixassem de existir. A intenção, antes, é apontar e provocar um posicionamento - uma postura e uma atitude contínuas - para transgredir, intervir, emergir e influenciar.

O decolonial denota, então, um caminho de luta contínua em que podemos identificar, tornar visíveis e favorecer ‘lugares’ de exterioridade e construções alternativas” (WALSH, 2009, p. 14-15). Para Dignolo (2010), além de desfazer a lógica da colonialidade, caracteriza um projeto próprio na pós-colonialidade. Ou seja, um projeto da decolonialidade.

Considerações finais

A *teoria decolonial* é, como disse Walsh (2009), um caminho de luta. Luta contra a violência provocada pela hegemonia da ciência colonial/moderna que legitimou e foi legitimada pela colonização europeia iniciada na América no final do século XV e levada, nos séculos seguintes, a praticamente todos os rincões do planeta.

A subalternidade, a colonialidade e a modernidade foram e têm sido as suas principais ideologias. As duas últimas só são possíveis a partir da primeira. Daí demanda como premente e urgente a produção de uma epistemologia pluriversal que, não apenas questione a hegemonia da ciência colonial/moderna, mas coloque sob rasura todos os seus elementos opressores, visando, em últimas instância, a sua superação.

Tal desafio emerge com o pensamento liminar, ou seja, com a evidência da diferença colonial: o reconhecimento da hegemonia da ciência ocidentalocêntrica e o direito de sujeitos, conhecimentos e práticas que foram subalternizados em participar desta realidade pluriversal que se projeta.

Referências

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo. Introducción: la translocalización discursiva de latinoamérica en tiempos de la globalización. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo. **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 27, nº 80, outubro/2012, p. 09-20. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n80/v27n80a01.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, Bogotá – Colômbia, n. 9, p. 61-72, jun./dez., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a05.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008a. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2019.



MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad e gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. 1ª ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2020.

MIGNOLO, Walter. Novas reflexões sobre a ideia de América Latina: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, p. 239-252, maio/ago. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a04v21n53.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MIGNOLO, Walter; PINTO, Júlio Roberto de Souza. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/20580/13966>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a Concept or the Americas in the Modern World-System, **International Social Science Journal**, 134, November, 1992, p. 549-556, UNESCO/ERES. Disponível em: <<https://www.javeriana.edu.co/blogs/syie/files/Quijano-and-Wallerstein-Americanity-as-a-Concept.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SILVA, Paulo Robério Ferreira. **Invenção da subalternidade**: o não-Outro em representações dos tapuias produzidas por padres e cronistas do século XVI no Brasil (no prelo), 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Vol. 1. Porto: Afrontamentos, 1990.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad**: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2009.

